

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Altera o art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o pagamento em dobro das férias do trabalhador pagas fora do prazo legal.

Apresentação: 20/02/2024 17:41:54,820 - Mesa

PL n.326/2024

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento em dobro das férias e do terço constitucional de férias do empregado pagos fora do prazo legal.

Art. 2º O art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 145 O pagamento da remuneração das férias, do terço constitucional de férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

§1º O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do término das férias.

§ 2º O não pagamento das férias no prazo legal implicará o pagamento em dobro da remuneração das férias, incluindo o terço constitucional.

§ 3º Considera-se pagamento em dobro da remuneração das férias a soma do valor normal das férias e do respectivo terço constitucional de férias acrescido de outro de igual valor a título de indenização. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Súmula nº 450 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) previa a aplicação de sanção do pagamento em dobro, na hipótese em que o empregador viesse a descumprir o pagamento da remuneração de férias tempestivamente:



É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

Ocorre que em 8 de agosto de 2022, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 501 (ADPF 501), movida pelo Governador do Estado de Santa Catarina, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da referida súmula:

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para: (a) declarar a inconstitucionalidade da Súmula 450 do Tribunal Superior do Trabalho; e (b) invalidar decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no texto sumular, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro com base no art. 137 da CLT. Tudo nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. Falou, pelo requerente, o Dr. Fernando Filgueiras, Procurador do Estado de Santa Catarina. Plenário, Sessão Virtual de 1.7.2022 a 5.8.2022.

O STF exarou sua decisão com os seguintes argumentos jurídicos proferidos pelo relator, Ministro Alexandre Moraes:

1. Os poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes públicos. Precedentes.

2. Impossibilidade de atuação do Poder Judiciário como legislador positivo, de modo a ampliar o âmbito de incidência de sanção prevista no art. 137 da CLT para alcançar situação diversa, já sancionada por outra norma.



3. Ausência de lacuna justificadora da construção jurisprudencial analógica. Necessidade de interpretação restritiva de normas sancionadoras. Proibição da criação de obrigações não previstas em lei por súmulas e outros enunciados jurisprudenciais editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho (CLT, art. 8º, § 2º).

Como se pode depreender do posicionamento do STF, o TST atuava como legislador positivo, o que fere a independência e harmonia entre os poderes. Dito em outros termos, apenas a lei ordinária pode criar obrigações com o teor em discussão.

Este projeto de lei tem por escopo reestabelecer a proteção dos trabalhadores antes assegurada pela Súmula nº 450 do TST, assegurando-lhes o pagamento em dobro das férias e do respectivo terço constitucional de férias pagos fora do prazo legal. A alteração legislativa proposta será feita diretamente na CLT, evitando a necessidade de uma lei autônoma sobre o tema.

A medida é necessária para garantir o cumprimento da legislação trabalhista e proteger os direitos dos trabalhadores, assegurando-lhes a justa indenização pelo descumprimento do prazo legal para o pagamento das férias.

Para tanto, contamos com nossos ilustres Pares nesta Casa para aprovar esta iniciativa, por se tratar de questão de justiça social.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada **ALICE PORTUGAL**

